



ACÓRDÃO Nº728/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11167/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Subcomando de Ações de Defesa Civil – SUBCOMADEC
- 4- **Exercício:** 2016
- 5- **Responsável:** Fernando Paiva Pires Junior (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2874/2020, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Subcomando de Ações de Defesa Civil – SUBCOMADEC. Exercício de 2016.

Regularidade com ressalvas. Quitação. Recomendação. Determinação. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** Prestação de Contas Anual do Subcomando de Ações de Proteção e Defesa Civil – SUBCOMADEC, de responsabilidade do Sr. **Fernando Paiva Pires Junior**, referente ao exercício de 2016, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, I, da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 188, § 1º, I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.
- 10.2. **Dar quitação** ao Sr. **Fernando Paiva Pires Junior**, responsável pelo Subcomando de Ações de Proteção e Defesa Civil – SUBCOMADEC, exercício de 2016, nos termos do art. 23, da Lei Estadual nº 2423/96, c/c art. 189, I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.3. **Recomendar** ao Subcomando de Ações de Defesa Civil - SUBCOMADEC que atente com mais rigor ao cumprimento da legislação e praxe administrativa referente aos seguintes pontos:
 - 10.3.1. Carrear, juntamente com a Prestação de Contas, todos os documentos pertinentes à conciliação bancária que se fizerem



ACÓRDÃO Nº728/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

necessárias para o efetivo cumprimento dos procedimentos contábeis e financeiros das contas sob a gestão do referido órgão;

10.3.2. Em futuras Prestações de Contas, encaminhar a esta Corte de Contas, juntamente com a Prestação de Contas, cópias das Notas de Lançamento das contratações que tiverem sido efetivadas, não se limitando a lançá-las no sistema AFI;

10.3.3. Atentar, com rigor, à ordem prevista em lei para a emissão da nota de empenho e do parecer jurídico, os quais devem vir antes da execução do serviço contratado;

10.3.4. Em atenção à sugestão do MPC, realizar um estudo quanto às situações emergenciais de ocorrência anual, com enfoque nos fenômenos de cheia e estiagem dos rios, que geram despesas periódicas, possibilitando a realização de prévio procedimento licitatório adequado para o atendimento às referidas situações.

10.4. **Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno, para que officie ao Responsável sobre o teor do Acórdão, acompanhando cópia do Relatório-voto para conhecimento;

10.5. **Arquivar** o presente processo, após cumpridas as formalidades legais.

Vencido o voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva pela irregularidade das contas, multa de R\$ 14.000,00 e recomendações. Vencido ainda o Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho que votou, em sessão, pela regularidade das contas e multa de R\$ 4.000,00.

11- Ata: 22ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 22 de Julho de 2020

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral